

POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO RURAL: OS PROJETOS DE MICROBACIAS HIDROGRÁFICAS EM PIRAPOZINHO – SP

PUBLIC POLITCS AND RURAL DEVELOPMENT: THE MICRO-DRAINAGE BASINS PROJECTS IN PIRAPOZINHO - SP

Lucinete Ferreira de Andrade¹
Antonio Nivaldo Hespagnol²

Resumo: No período compreendido entre os anos 2000 e 2008 foi implementado o Programa de Microbacias Hidrográficas no Estado de São Paulo. O referido programa foi parcialmente financiado pelo Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e a sua gestão ficou a cargo da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI). Neste artigo foram analisados os projetos do Córrego Araci e do Ribeirão Laranjeiras, ambos localizados no município de Pirapozinho. Os produtores rurais entrevistados nas duas microbacias pesquisadas consideram que as ações do programa foram positivas, principalmente em virtude delas terem priorizado o atendimento aos pequenos produtores rurais no que concerne ao cercamento de áreas de preservação permanentes, controle de processos erosivos e abastecimento de água. No entanto, muitos agricultores que possuem propriedades nas áreas das duas microbacias hidrográficas tomaram conhecimento do programa somente quando ele já estava na sua fase final.

Palavras-chave: Políticas públicas; microbacias hidrográficas; desenvolvimento rural; descentralização administrativa.

Abstract: The Micro-Drainage Basin Program was implemented in the State of São Paulo in the period between 2000 and 2008. This program was partially funded by the International Bank for Reconstruction and Development (IBRD) and its management was performed by the Coordination of Integral Technical Assistance (CATI). This paper analyzes the projects of Stream Araci and Stream Laranjeiras, both located in the municipality of Pirapozinho. Farmers interviewed in the two micro-drainage basins surveyed believe that the actions of the program were positive, mainly because they prioritized services to small farmers regarding the fencing of areas of permanent preservation, erosion control and water supply. However, many farmers who own property in areas of the two micro-drainage basins were made aware of the program only when it was already in its final phase.

Keywords: Public politics; micro-drainage basins; rural development; administrative decentralization.

¹ Licenciada em Geografia pela FCT/UNESP. E-mail: lucineteferreira@gmail.com.

² Professor Doutor do Departamento de Geografia da FCT/UNESP. E-mail: nivaldo@fct.unesp.br

Introdução

As ações executadas nos projetos de microbacias hidrográficas no município de Pirapozinho - SP decorreram da implementação entre os anos de 2000 a 2006 do Programa Estadual de Microbacias hidrográficas (PEMH), resultado de uma parceria entre a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

Os presidentes do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e da Associação de Produtores Rurais e o técnico responsável pela implementação dos projetos de microbacias no município de Pirapozinho, declararam em entrevista que no que se refere ao desenvolvimento, o programa recuperou cerca de 80% das estradas rurais e praticamente todos os produtores que receberam incentivos não tiveram reclamações dos resultados alcançados.

O texto se estrutura em oito partes, incluindo a introdução. Na primeira são apresentados os objetivos da pesquisa, na segunda apresenta-se a metodologia utilizada para execução da pesquisa, na terceira são apresentadas algumas informações referentes às políticas públicas voltadas ao campo, incluindo a revolução verde, na quarta parte são apresentados sucintamente alguns programas de recuperação de áreas degradadas implementados em Estados brasileiros, bem como os aspectos do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH), na quinta é efetuada a caracterização do município de Pirapozinho, onde foram implementados os projetos de microbacias hidrográficas, na sexta parte é apresentada uma análise preliminar dos resultados da pesquisa de campo e na última parte são apresentadas as conclusões.

Constitui-se em objetivo principal da pesquisa a análise das ações e dos resultados do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas sobre o desenvolvimento rural do município de Pirapozinho.

O trabalho foi elaborado com base em levantamento bibliográfico sobre desenvolvimento rural, políticas públicas e descentralização administrativa, bem como em levantamentos de dados e informações sobre o município de Pirapozinho-SP acerca da gestão do seu espaço rural, especialmente no que se refere a implementação dos dois projetos de microbacias hidrográficas selecionados para estudo. Além disso, foi feito levantamento de dados e informações na publicação Levantamento de Unidade de Produção Agropecuária (LUPA) 2007-08 e consulta aos sites do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

Para tal foi necessária a realização de entrevistas com o técnico responsável pela implementação dos projetos de microbacias hidrográficas, com o presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e com o presidente da Associação de Produtores Rurais.

Foi realizado Trabalho de Campo nos dois projetos de microbacias do município, entre o mês de fevereiro e o final de abril de 2010. Foram aplicados 14 formulários a proprietários ou responsáveis pelas propriedades situadas na microbacia do Córrego do Araci e 12 questionários na microbacia do Ribeirão Laranjeiras, perfazendo 20% do número total de propriedades em cada microbacia.

Vale ressaltar que serão apresentados os resultados parciais da pesquisa, pois até o momento não foi possível analisar na totalidade os resultados referentes às duas microbacias.

Políticas públicas e a revolução verde no Brasil: algumas considerações

Nos anos que precederam a Segunda Guerra Mundial, período fortemente marcado pela disputa entre dois sistemas políticos – o socialista e o capitalista –, e por grande crescimento econômico, o desenvolvimento era visto como uma possibilidade para se igualar os padrões sociais mundiais. Este modelo resultou em políticas de modernização no espaço rural, advindas da revolução verde que não solucionaram os problemas os quais se propunham resolver, mas aprofundou-os, gerando uma maior dependência tecnológica da agricultura em relação à indústria e o aumento da exclusão social no campo, em especial nos países subdesenvolvidos (OLIVEIRA, 2004, p. 3).

Navarro (2001) enfatiza que a Revolução Verde rompeu com as tradições do passado quanto à forma de produzir, no entanto, é válido destacar que a produção familiar não foi de tudo beneficiada, pois para os pequenos produtores, os custos de produção são muito altos, acarretando a diminuição dos lucros, enquanto que para o emergente mercado de insumos agrícolas, resta o crescimento. Assis (2006) salienta ainda, que essa “modernização” provocou a exclusão de grande parte dos produtores, mais especificamente, aqueles de cunho familiar.

No que tange às políticas públicas voltadas ao setor agrícola brasileiro, a história mostra significativos insucessos que geraram graves conseqüências que hoje podem ser observadas na própria estruturação e organização produtiva do setor, como a grande concentração fundiária, a elevada valorização da terra, a marginalização e agravamento da problemática social, a formação de uma categoria patronal economicamente forte em detrimento do setor produtivo familiar, além de graves problemas ambientais.

Notadamente, diante dos problemas ambientais e sociais gerados e agravados pelos processos de modernização da agricultura, o governo instituiu em 1987 o Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas, mas em razão de falta de recursos humanos e financeiros, este não atingiu as metas preestabelecidas, sendo posteriormente esquecido (Hespanhol, 2008).

Os projetos de recuperação de áreas degradadas e de microbacias hidrográficas

A região sul destacou-se com o Programa “Paraná Rural” no Estado do Paraná e com o “Projeto de Recuperação Conservação e Manejo dos Recursos Naturais em Microbacias Hidrográficas no Estado de Santa Catarina”, que rapidamente tornou-se mais conhecido como “Projeto Microbacias/BIRD”. Ambos se trataram de programas voltados à recuperação de áreas degradadas e reinserção dos produtores de pequeno porte no mercado. O estado do Paraná contou com o apoio financeiro do BIRD para implementação dos projetos.

Sabanés (2002) esclarece que o programa no estado de Santa Catarina apresentou um diferencial em relação ao que foi implementado no Paraná. Naquele estado, as ações do Projeto Microbacias tinham como objetivo recuperar e conservar a capacidade produtiva dos solos e controlar a contaminação ambiental, incrementando a produção, a produtividade e a renda da propriedade agrícola, através da adoção de práticas sustentáveis de manejo e conservação da água e do solo pelos agricultores.

O governo do Estado de São Paulo por meio da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), firmou acordo com o Banco Mundial para implementar o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas que teria vigência entre 2000 e 2006, mas com o atraso no cumprimento das metas estabelecidas entre aquelas entidades, fez com que o programa se estendesse até o segundo semestre do ano de 2007.

O objetivo geral do programa focou-se em:

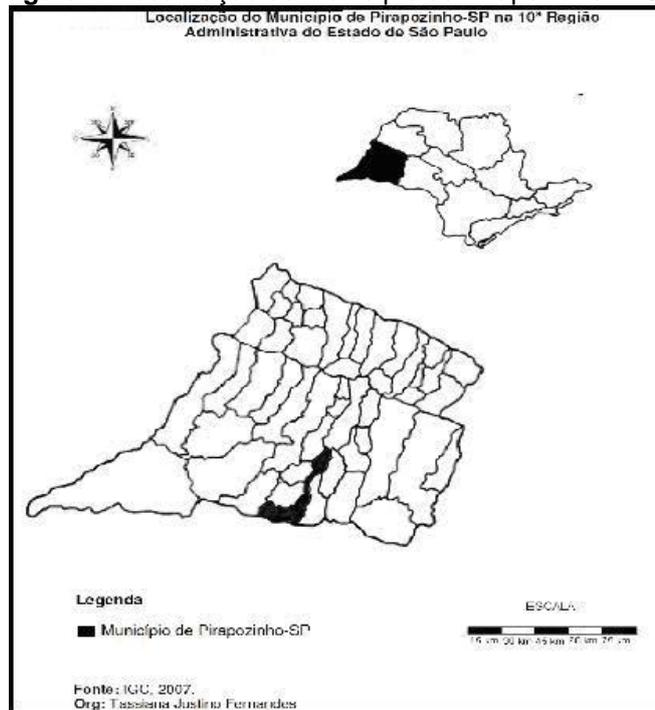
Promover o desenvolvimento rural do Estado de São Paulo, entendendo-se por desenvolvimento rural a ampliação das oportunidades de ocupação, melhorias dos níveis de renda, maior produtividade geral das unidades de produção, redução dos custos e uma reorientação técnica-agronômica. Tudo para propiciar o aumento do bem estar da população rural, através da implantação de sistemas de produção agropecuária que garantam a sustentabilidade socioeconômica e ambiental, com plena participação e envolvimento dos beneficiários e da sociedade civil organizada (CATI, 2001, p 2).

No entanto, a primeira fase do PEMH acabou por não atingir a meta previamente estipulada, que era de alcançar até novembro de 2007, 4,5 milhões de hectares e 90 mil produtores rurais (30% do total do estado), 85% dos quais possuem propriedades inferiores a 100 hectares. O seu orçamento corresponde a 124 milhões de dólares, dos quais 55% são oriundos do BIRD e o restante do governo estadual (HESPANHOL 2007). Com todas as dificuldades, o programa atendeu 70 (setenta) mil produtores rurais em 966 microbacias e quatro milhões de hectares em 514 municípios em todo o Estado de São Paulo. Vale destacar ainda que o limite máximo de incentivos por produtor foi de U\$ 3.000 dólares até o ano de 2007, posteriormente este valor foi reajustado para U\$ 3.750,00 devido à desvalorização do dólar (CATI, 2008).

Caracterização do município de Pirapozinho

Pirapozinho integra a 10ª Região Administrativa do Estado de São Paulo, sediada por Presidente Prudente, no sudoeste paulista. A sede administrativa de Pirapozinho situa-se a 460 metros de altitude, à 587 Km da capital paulista, o ponto zero do município, situa-se a 22°16'00" de latitude sul e a 51°31'00" de longitude oeste. Pirapozinho limita-se ao norte com Presidente Prudente, ao sul com o Estado do Paraná (Rio Paranapanema) e Narendiba e a noroeste com Álvares Machado, conforme se verifica na Figura 1. De acordo com a Fundação Seade, a área do município é de 480 Km² (SEADE, 2010).

Figura 1. Localização do Município de Pirapozinho – SP



O município de Pirapozinho apresenta clima tropical úmido com temperatura anual média de 23°C. O relevo desse município caracteriza-se pelo predomínio de colinas amplas e suaves, com topos extensos e aplainados. O solo apresenta-se altamente arenoso, o que dificulta a retenção de água, favorecendo a intensificação de processos erosivos. (DAEE/IPT, 1990 apud FERNANDES, 2007).

A população estimada do Município, de acordo com o Censo Demográfico de 2000 do IBGE, é de 24.584 habitantes, sendo que deste total 95,38% vivem na zona urbana. A população aposentada no município corresponde a 11,98% do total.

A formação do município se insere no contexto da ocupação da região que, atualmente tem como sede o município de Presidente Prudente, e está relacionada a expansão da estrada de ferro paulista e da migração de mineiros, nordestinos e povos de outras regiões de São Paulo, também há forte presença de descendentes de japoneses. Nos primeiros anos de ocupação a região era caracterizada pelo predomínio de pequenas propriedades rurais e trabalho familiar, com prática de policultura, não deixando de lado a presença do café que, por muitos anos foi símbolo da produção no oeste paulista.

Outro fator que estimulou a ocupação do município foi a instalação da linha ferroviária, conhecida como ramal de Dourados da Estrada de ferro Sorocabana, em 1954. Essa ferrovia tinha como objetivos, executar o escoamento da produção agrícola daquela região para a capital, de modo a interligar os Estados do então Mato Grosso e de São Paulo.

Neste período, a atividade agrícola era a que mais se destacava no município de Pirapozinho, com a produção de amendoim, feijão e milho, mas, sobretudo a produção de algodão. Assim, os migrantes vindos de outros estados como Minas Gerais, Nordeste e outras áreas se tornaram proprietários rurais ou passaram a trabalhar na lavoura ou na extração de madeira. Trabalhavam como meeiros, arrendatários, e parceiros nas fazendas. (LEITE, 1985).

Dente os produtos agrícolas produzidos no município, destacaram-se o café e o algodão – este último prevaleceu até meados da década de 1940, sendo substituída pelo amendoim, que já era plantado nos períodos de entressafra do algodão. Até a década de 1960, tendo sua economia apoiada na agricultura, o município de Pirapozinho fornecia matéria-prima para as indústrias que se instalavam no entorno do município, no entanto, ao final da mesma década os processos de modernização e industrialização levaram a agricultura à decadência, forçando o êxodo rural com decadência da agricultura. A partir de então, os solos tornaram-se menos férteis, a produção mostrou-se mais onerosa, especialmente para pequenos agricultores, redundando na expansão das pastagens.

Os projetos de microbacias hidrográficas no município de Pirapozinho-SP

O Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH) investiu R\$126.828.629,76 em Práticas de Manejo e Conservação do Solo e da Água. No Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de Presidente Prudente, o valor apoiado pelo programa foi de R\$ 5.915.431,69, o que representa 4,6% do valor total do PEMH no Estado de São Paulo. Foram desenvolvidas ações em 56 projetos de microbacias hidrográficas nos 21 municípios que compõem o referido EDR (CATI, 2001).

Conforme citado anteriormente, no Município de Pirapozinho foram implementados quatro projetos de microbacias hidrográficas, no entanto, nesta pesquisa analisamos apenas dois projetos: o Ribeirão Laranjeiras e o Córrego do Araci.

O projeto de microbacias do Ribeirão Laranjeiras recebeu o maior investimento e o maior número de ações do programa. Esse projeto recebeu R\$ 281.456,91, seguido pelo projeto da microbacia do Córrego do Araci que foi contemplado com R\$ 261.416,81. Para os demais projetos, os incentivos foram menos significativos, contemplando apenas duas ações em cada microbacia. Dos 492 mil reais investidos em Pirapozinho, 58% foram destinados a adequação de 6,5 Km. de estradas rurais e 15% no combate a erosão.

Em ambas as microbacias analisadas há forte presença de pequenas propriedades rurais, pois em cada microbacia a média é de 85% de pequenas propriedades. De acordo com Graziano da Silva (2002), uma das interpretações que podem ser feitas acerca da alta concentração de pequenas propriedades rurais nas proximidades do perímetro urbano se deve a algumas atividades de cunho não agrícolas que estas podem prestar tais como os serviços, lazer e o próprio turismo.

O Projeto de Microbacias Hidrográficas do Ribeirão Laranjeiras abrange uma área de 3.786 hectares e possui 68 unidades produtivas. Nessa microbacia a evasão dos jovens do campo para as cidades é claramente expresso devido à media de idade observada entre os produtores rurais que situa-se entre 55-60 anos. Enquanto que na microbacia do Córrego Araci, mesmo com 35,7% dos produtores possuindo mais de 70 anos de idade, pelo menos a metade dos entrevistados já reside na cidade.

Contudo, o tempo médio de permanência e as sucessões familiares dos produtores nas duas microbacias são bastante díspares. Pois na microbacia do Ribeirão Laranjeiras foi possível observar que 50% dos produtores herdaram a propriedade e a permanência média dos proprietários nessa área é de 35 anos. Enquanto que na microbacia do Córrego Araci, 57% das propriedades foram adquiridas através da compra, e o tempo médio de permanência é superior a 40 anos.

Em relação à fonte de renda, há certas diferenças entre as duas microbacias analisadas, pois na microbacia do Córrego Araci, 71,4% dos entrevistados afirmaram possuir pelo menos um membro exercendo alguma atividade fora da propriedade, enquanto que 85,7% dos produtores recebem aposentadoria. Já na microbacia Ribeirão Laranjeiras, constatou-se que, além de haver maior número de jovens ativos no campo, o percentual de indivíduos que exercem quaisquer atividades fora da propriedade é de 33% e percentual de aposentados nesse microbacia é de 50%.

Quanto aos níveis de escolaridade, na microbacia do Ribeirão Laranjeiras 75% dos produtores rurais entrevistados possuem apenas o Ensino fundamental incompleto, enquanto que 17% possuem nível médio completo e os outros 8% possuem nível fundamental completo. Quanto à condição do produtor em relação à propriedade, 91% dos entrevistados são proprietários e apenas 8% deles possuem duas propriedades (rural e urbana). Assim, 83% desses proprietários pretendem continuar residindo na zona rural. Fato este que se deve à falta de perspectiva em relação à vida urbana. Assim, verifica-se que 16% destes já residem na cidade.

Na microbacia do Córrego Araci 50% dos entrevistados utiliza suas propriedades para produção de pastagem e lavouras, 35,7% utilizam apenas para produzir pastagens, enquanto que na microbacia do Ribeirão Laranjeiras 50% dos proprietários utilizam suas propriedades apenas para produção de pastagens. Nesta há maior número de áreas arrendadas para pastos.

De modo geral no município de Pirapozinho, as pequenas propriedades rurais apresentam uma grande diversidade de atividades produtivas, tais como fruticultura, pecuária leiteira e horticultura. Mesmo assim, estas propriedades vêm passando por grandes modificações, pois de acordo com o Presidente da Associação dos Produtores Rurais do município de Pirapozinho, a agricultura familiar já não produz a mesma diversidade de outros tempos (8 ou 10 anos atrás), pois cultivar e vender a produção são cada vez mais difícil, tendo em vista os altos custos de manejo dos solos e os baixos preços dos produtos agrícolas. As terras estão sendo cada vez mais arrendadas para o cultivo de cana-de-açúcar ou para pastagens.

Dentre as culturas produzidas no município destaca-se a gramínea, a cana-de-açúcar, o milho, a soja, a batata-doce e o eucalipto. De acordo com os dados do Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo (LUPA, 2007/2008), à produção de gramíneas são reservados 17.382 hectares. Os demais produtos são produzidos entre as mesmas propriedades, porém a área destinada a essas produções é menor, 1.289 hectares para a soja e pouco mais de 255 hectares para a produção de eucalipto. A cana-de-açúcar também ocupa área de destaque no município, cerca de 16.749 hectares de área no município.

Desta produção, as frutas são em grande parte consumidas na própria propriedade. Na microbacia do Ribeirão Laranjeiras 50% de toda produção frutífera e leiteira destina-se ao consumo da propriedade, 33,3% do leite produzido é destinado aos laticínios, outros 8,3% são destinados às cooperativas e a fins diversos. Já na microbacia do Córrego Araci, 42,9% de toda produção permanece na propriedade para o consumo, 28,7% são destinados a particulares e outros 14,3% destinam-se a fins diversos.

No que se refere à opinião dos produtores rurais sobre os projetos de microbacias no Ribeirão Laranjeiras, 41,7% classificaram o programa como ótimo e 33,3% como bom, o que possibilita deduzir que a adesão ao programa nessa bacia

foi bastante significativa. Já na microbacia do Córrego Araci, o êxito do programa não foi o mesmo, pois 42,9% dos entrevistados não opinaram ou não souberam responder sobre o programa, embora a participação dos produtores nessa microbacia tenha representado 50% dos entrevistados.

Na microbacia do Córrego Araci, entre aqueles que participaram do programa de microbacias, 28,6% dos entrevistados optaram por incentivos coletivos, enquanto que no Ribeirão Laranjeiras 41,7% dos incentivos foram individuais, destacando-se dentre eles a construção de cercas, terraceamentos e curvas de nível.

No que diz respeito aos pontos positivos na avaliação dos produtores rurais sobre os projetos de microbacias do município, as mais citadas foram as obras que incluem recuperação de estradas, perfuração dos poços e controle de voçorocas.

Outro motivo para a avaliação positiva do programa por parte dos produtores rurais deve-se ao fato do programa ser uma das poucas políticas que prioriza os pequenos produtores rurais. Os produtores rurais são procurados pelos técnicos da Casa da Agricultura do município, isso gera um sentimento de valorização de sua importância, uma vez que eles se sentem desvalorizados socialmente em virtude dos vários anos de trabalho penoso e dificuldades econômicas oriundas da baixa rentabilidade das atividades agrícolas e excluídos das políticas governamentais.

No que diz respeito à sucessão hierárquica, Gil (2007) afirma que em boa parte dos casos os filhos dos produtores rurais procuram alternativas de inserção produtiva fora da propriedade rural, no entanto, de acordo com as entrevistas realizadas, foi possível observar um diferencial positivo na microbacia do Ribeirão Laranjeiras, onde 58,3% dos filhos pretendem permanecer na zona rural, enquanto que outros 16,7% já moram na cidade ou têm alguma pretensão em deixar a zona rural, os demais afirmaram não ter filhos.

Enquanto que na microbacia do Córrego do Araci 64,3% dos filhos dos produtores já residem em cidades, 28,6% pretendem permanecer no meio rural e outros 7,1% não têm filhos. Na maioria dos casos entre aqueles que responderam que os filhos pretendem ir morar na cidade, a justificativa em maioria foi apontadas para as maiores alternativas para inserção no mercado de trabalho e maiores ganhos salariais.

De uma forma geral, a propriedade rural demonstra não ter grande representatividade no que tange a renda familiar, pois foi verificado que pelo menos metade dos produtores entrevistados, há pelo menos um membro da família recebendo aposentadoria, além de outros que trabalham em atividades não agropecuárias.

Considerações finais

As políticas públicas, em especial as políticas voltadas ao meio rural, tiveram caráter discriminatório, pois elas resultaram na ampliação das desigualdades entre os produtores rurais e entre as regiões agrícolas do Brasil e do Estado de São Paulo, e foram implementadas de “cima para baixo”, sendo que o Estado atuou principalmente por meio da concessão de crédito rural.

As ações dos projetos executados nas microbacias no município de Pirapozinho restringiram-se a dotar as propriedades rurais apenas com infraestrutura, deixando de contribuir com a rentabilidade dos produtores rurais, um dos elementos que leva o bem estar da população rural. Embora tenham sido positivas, especialmente por priorizar os pequenos produtores rurais, seria interessante que

nas microbacias hidrográficas onde foram implementados os projetos tivessem continuidade com outras ações, assim diminuiriam os problemas de sucessão familiar, pois o maior problema para os jovens interessar-se em continuar no meio rural é a baixa renda.

Embora não tenha atingido a totalidade dos produtores rurais do município de Pirapozinho, o PEMH mostrou-se eficiente nas ações executadas, pois os produtores contemplados mostraram-se satisfeitos com os resultados, ainda que esta análise apresente os resultados parciais da pesquisa. Acredita-se que o Programa de Microbacias seja realmente importante na contribuição da melhoria da qualidade de vida, especialmente do pequeno produtor, pois garante de certa forma a inclusão social das comunidades isoladas que sofrem com as desigualdades sociais, principalmente com a falta de políticas públicas. Portanto, o Programa de Microbacias Hidrográficas tem fomentado a tanto a melhoria das condições socioeconômicas como ambientais, especialmente no que concerne ao manejo dos solos e das águas.

Referências

ASSIS, R. L.; **Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil: Perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia.** *Economia aplicada* 10(1), Campinas, 2006

COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL (CATI). **Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas.** CATI: São Paulo, 2001.

FERNANDES, T. J.; **Diagnóstico ambiental da cidade de Pirapozinho/Sp.** Monografia de Bacharelado em Geografia. Unesp, Presidente Prudente, 2007.

GIL, Izabel Castanha. **Nova Alta Paulista, 1930-2006: entre memórias e sonhos. Do desenvolvimento contido ao projeto político de desenvolvimento regional.** 2008. 395 p., (Tese de Doutorado) FCT-UNESP, Presidente Prudente, 2008.

GRAZIANO DA SILVA, José; GROSSI, Mauro Del; CAMPANHOLA, Clayton. **O que há de realmente novo no rural brasileiro.** *Cadernos de Ciência e Tecnologia*, Brasília, v. 19, n. 1, p. 37- 67, jan./abr. 2002.

HESPANHOL, A. N.; **Desafios da geração de renda em pequenas propriedades e a questão do desenvolvimento rural sustentável no Brasil.** In *Desenvolvimento territorial e agroecologia/ Adilson Francelinoi, Beatriz Rodrigues Corrijo, Luciano Zanetti Pessoa Candiotta (org's) --1 ed. --São Paulo: Expressão Popular, 2008*

HESPANHOL, A N.; **O desenvolvimento do campo no Brasil.**In Geografia agrária: Teoria e poder/ Bernardo Mançano Fernandes, Marta Ines Medeiros Marques, Julio César Suzuki (orgs) --1.ed São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LEITE, J. F.; **A Alta Sorocabana e o espaço polarizado de Presidente Prudente.** Presidente Prudente, FFCL, 1985

LEVANTAMENTO CENSITÁRIO DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO (LUPA, 2007/2008)

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento Rural no Brasil: **Os limites do passado e os caminhos do futuro.** In Estudos Avançados. 15 (43), 2001. USP: São Paulo, p. 83 – 119.

OLIVEIRA, Allain Wilham Silva de. **Desenvolvimento rural local sustentável: o manejo integrado da Bacia hidrográfica do Ribeirão Santana.** Belo Horizonte, UFMG-IGC, 2004, 186 p. (Dissertação de Mestrado).

SABANÉS, L.; **Manejo socio-ambiental de recursos naturais e políticas públicas: Um estudo comparativo dos projetos “Paraná Rural” e “Microbacias”.** Porto Alegre, 2002

Referências da internet

<http://www.cati.sp.gov.br/_Cati2008/_principal/SaibaMais.php?codSaibaMais=90>
acessado em 28/11/2009

Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI. **Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agropecuária.** Disponível em:
<<http://www.cati.sp.gov.br>>. Acesso em 13/12/2009

*Recebido em 06 de junho de 2010.
Revisado em 04 de novembro de 2010.
Aceito em 11 de novembro de 2010.*